

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

“OS FILÓSOFOS APENAS INTERPRETARAM O MUNDO DE DIFERENTES MANEIRAS; O QUE IMPORTA É TRANSFORMÁ-LO”

f Emancipação Socialista

(11) 98702-4048

www.emancipacaosocialista.org

Nº 2 15/06 a 14/07 de 2019

R\$ 2,00

É POSSÍVEL DERROTAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA



**PROFESSORES E
ESTUDANTES LUTAM PELA
EDUCAÇÃO PÚBLICA**



**NOVO RELATÓRIO DA
PREVIDÊNCIA CONTINUA
TIRANDO DOS POBRES**



**ARGENTINA: MAIS
UMA GREVE CONTRA OS
EFEITOS DO LIBERALISMO**



POR UMA NOVA GREVE GERAL

DA SÉRIE “PARECE PIADA, MAS É SÉRIO”

◆ O BRASIL ESTÁ NUMA CANOA E TEM DE DAR A MÃO AO MACRI PARA ELE NÃO AFUNDAR, MAS TOMANDO CUIDADO PARA NÃO VIRAR A CANOA E TODOS FICAREM À DERIVA ◆



Frase de Paulo Guedes, Ministro de Bolsonaro, preocupado com a crise do modelo liberal implementado na Argentina e no Brasil. Se ele estivesse preocupado com a classe trabalhadora veria que, tanto lá como cá, o liberalismo só tem produzido aumento da pobreza, desemprego e retirada de direito, ou seja, a canoa já virou faz tempo.

O QUE ROLA PELA LUTA DE CLASSES

Moro e Dallagnol, “conjes” no MoroGate

As revelações do blog Intercept, baseadas em mensagens postadas no Telegram entre o ministro da Justiça Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol (com o conluio da grande mídia, igualmente denunciada), mostraram que a “Operação Lava-Jato” foi somente uma armação para garantir os interesses do capital ianque no Brasil. O grau de parcialidade do então juiz com o procurador e com ministros do STF, como Luís Fux, é evidente. Jair Bolsonaro, parte do Congresso e do Judiciário, e setores da grande mídia como a Rede Globo e a Isto É tentam segurar a barra do ministro, quando outros setores que sempre apoiaram a “Lava Jato”, como o Estadão e a Veja, já pularam do barco. A olhos vistos, Moro, pretendo ministro do STF e que sonhava com a presidência da

República, derrete. DesMOROnou a “República de Curitiba”?

Lei da Internação compulsória é fascista

A lei 13840/2019, sancionada por Bolsonaro e que autoriza a internação de dependentes químicos com aval médico, vem no reforço de um modelo de comunidade terapêutica, altamente criticado por especialistas da área, por utilizar a religião para tratar dos dependentes, o trabalho forçado e a privação do direito de ir e vir. A lei aprovada é baseada em dados falsos de que existe uma epidemia de drogas



no país, dados desmentidos por uma pesquisa encomendada pelo governo Temer para a FIOCRUZ, depois engavetada. Registre-se: o atual governo volta com a lógica do manicômio, uma instituição que psiquiatras e psicólogos combatem há mais de 40 anos.

Genocídio e um novo Carandiru no Amazonas

O assassinato de 62 presos no Complexo privado Penitenciário de Anísio Jobim e no presídio de Puraquequara no estado do Amazonas, em maio passado, foi atribuído farsescamente à disputa de facções criminosas locais, procurando, dessa forma, ocultar a responsabilidade da ação genocida da polícia local, sempre obediente às ordens dos governantes do estado, estes sim suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas. Com uma população carcerária que supera a 159% das possibilidades previstas, muito superior à média brasileira, muitos dos detentos amazonenses sequer foram julgados e foram detidos, na maioria das vezes, pela política de criminalização das drogas, através da qual a classe dominante brasileira encarcera pobres, negros e periféricos. Dessa forma, muitos presos são utilizados, no Brasil e no Mundo, como mão de obra escrava para as grandes corporações nos presídios ou quando se ressocializam, são obrigados a aceitar os piores empregos e os piores salários.

Mais barbárie no trânsito também para atender os interesses do Capital

O texto do Projeto Lei de Jair Bolsonaro que mexe nas regras do Trânsito, além de itens que permitem o aumento da violência do trânsito, não define o que é carga de grande proporção. Dessa forma, poderá ser viabilizada a autorização da carreta gigantesca Super Rodotrem, com 11 eixos e que pode carregar 91 toneladas, autorização que está suspensa por uma liminar. A medida é interessante para as montadoras e o agronegócio, mas, seguramente, representará mais acidentes e mais mortes causadas por caminhões.

Regina Duarte: de “namoradinha do Brasil” à fascistinha do agronegócio

Falando em agronegócio, a atriz Regina Duarte, casada com um empresário desse setor, na comemoração dos 40 anos do seriado global “Malu Mulher”, andou reclamando de estar sendo chamada de fascista. Não é para menos: a decadente atriz tem se posicionado contra a delimitação das terras indígenas alegando que prejudica os empreendimentos do seu marido, além de ter feito campanha para Jair Bolsonaro. Para finalizar, Regina Duarte disse que não se identificava com a sua personagem Malu, do famoso seriado, pelo fato da personagem ser demais feminista. Sem comentários.

Neymar, o “ídolo” de tempos de barbárie

Já que entramos no terreno das celebridades, acusação de possível estupro de Neymar envolvendo a modelo Najila Trindade tomou o noticiário. Se a acusação de estupro ainda não foi confirmada, a responsabilidade de Neymar em divulgar mensagens e fotos íntimas de Najila nas redes sociais (para desmentir a acusação de estupro) é um crime evidente e busca desmoralizar a modelo. Percebendo o crime cometido, Neymar responsabilizou os seus assessores pela divulgação das fotos e das mensagens. É por “ídolos” como esse que muitos torcedores perderam a vontade de torcer pela Seleção Brasileira.

Senado aprova suspender o decreto de armas de Bolsonaro

A CCJ do Senado aprovou a sustação do decreto de Bolsonaro que facilitou o acesso às armas, atendendo os compromissos de campanha deste com as indústrias fabricantes de armas. Além disso, a medida possibilitaria o armamento de latifundiários e do agronegócio contra os sem-terra e indígenas, através de grupos paramilitares se fortaleceria milicianos, bandidos que constituem uma das bases sociais do governo. Bolsonaro não se deu por vencido e pede que seus seguidores pressionem o Senado. É conferir!

EXPEDIENTE

O jornal **CONSCIÊNCIA DE CLASSE** é o órgão de imprensa da organização Emancipação Socialista. Os artigos assinados expressam a opinião dos autores. Também estamos abertos a contribuição de texto de ativista de esquerda mesmo de carácter crítico às nossas posições.

Emancipação Socialista é uma organização formada por trabalhadores e trabalhadoras. Atuamos na luta de classes com o objetivo de construção do socialismo. Temos como referência as ideias de Marx, as quais não consideramos como um dogma e sim um método vivo para a análise da realidade e da luta prática revolucionária. Também nos apoiamos nas elaborações de outros marxistas revolucionários que contribuíram para o enriquecimento dessa teoria e da prática militante. Se tiver interesse em conhecer melhor nossas posições envie mensagem para contato@emancipacaosocialista.org

MOVIMENTOS DE LUTA CONTRA O DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

CIDA, IRACI E MÔNICA

A atual conjuntura vem impelindo para a luta, diariamente, a classe trabalhadora com sua população pobre e marginalizada. Os ataques vindos dos governos federal, estaduais e municipais, autoritários, são constantes para desmonte dos serviços públicos. E também se direcionam a setores como Meio Ambiente, Agricultura, etc.

Os direitos dos trabalhadores são desmantelados através de constantes Reformas neoliberais como a Trabalhista e, a em andamento, da Previdência (PEC 6/2019).

A Educação pública não foi poupada nesse projeto de desmonte, visto que também é objeto de interesse do capital privado. Já é bastante precarizada com os constantes cortes de verbas e ainda conta com a aplicação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) forjadas no governo Temer, que buscam verdadeiras desconstrução e fragilização de conteúdos curriculares tanto do Ensino Médio quanto do Fundamental.

Visando, por um lado, aprofundar o processo de precarização da Educação e, por outro, manipular a opinião pública a fim de aprovar a Reforma da Previdência, o governo tem escolhido para a Educação ministros que rezem pela sua cartilha promovendo não só a abertura para grupos empresariais (representado por diversas fundações e grupos privados) como também o corte de verbas e que apliquem medidas autoritárias de perseguição aos professores, diretores de escolas estaduais e reitores de universidades (ataque ideológico).

E assim tem seguido. No entanto, com a determinação do atual ministro da Educação, Weintraub, a aplicação de amplos cortes de verbas às instituições de ensino municipais, estaduais e federais que, em alguns casos, até inviabilizariam ano letivo

colocou em cena a luta de estudantes – com as organizações estudantis e entidades (UNE, UBES e FENET) – de escolas secundaristas, universidades públicas federais e estaduais, Institutos Federais e Colégio Pedro II, que sofreram perdas de verbas em graus variados.

Contrários e como oposição ao desmonte imposto pelo governo Bolsonaro/Mourão, os movimentos de estudantes (de diversas escolas, universidades e institutos federais) inseriram-se na luta dos trabalhadores (de forma independente, auto-organizada, através de DCEs, Grêmios ou de entidades estudantis) mobilizados contra a política de corte de verbas e retirada de direitos.

UNIFICOU O MOVIMENTO ESTUDANTIL JUNTO COM O DO TRABALHADOR

Nos dias 15, 23 e 30 de maio aconteceram atos do setor da Educação. Foram atividades com peculiaridades distintas, mas que deram uma resposta ao governo em seu ódio à escola pública e à Ciência.

O dia 15 de maio teve alcance nacional e foi precedido por uma série de protestos organizados por universidades federais pelo país afora. Dentre os protestos descentralizados destaca-se o da UFF, que reuniu milhares de pessoas no dia 8 de maio, pelo centro de Niterói. Estudantes fizeram enormes assembleias como a ocorrida na Reitoria da UFRJ. No dia 15 ocorreram manifestações em muitas cidades do país e diversos sindicatos paralisaram. O SEPE no Rio de Janeiro, aderiu em âmbito estadual e muitos municípios incorporaram-se ao ato da capital, na Igreja da Candelária. Foi um dia grandioso com participação de cerca de 250 mil pessoas, o mesmo se repetindo por Minas Gerais e São Paulo, reconhecido até pela mídia burguesa.



Em seguida, no dia 23 de maio, estudantes novamente organizaram uma nova manifestação, com concentração também em frente à Igreja da Candelária, no Centro. O governo de Witzel esperou os estudantes com um significativo aparato policial. Na pequena concentração, pouco mais de cem pessoas, a PM cercava, isolava e revistava ostensivamente os manifestantes.

Na semana seguinte, o ato do dia 30 organizado pelos movimentos sociais e entidades estudantis também foi grande. Não teve a mesma dimensão do dia 15, mas nas grandes cidades do país ocorreram as passeatas mesmo sem ter sido aprovada paralisação geral pelos sindicatos de profissionais da Educação. No Rio de Janeiro, por exemplo, grupos enormes cantavam e entoavam “palavras de ordem” em sua chegada à concentração principal, novamente na Igreja da Candelária. A UERJ, UFF e FAETEC juntavam tanto estudante e professor que só a “ala”, por exemplo, da Odontologia da UFF, ao se deslocar da rua 1º de Março para a Avenida Rio Branco, já impedia o trânsito de veículos.

Em São Paulo, mais de 300 mil pessoas também se reuniram para protestar, categorias como Metalúrgicos, Petroleiros, etc. também declararam apoio às lutas contra o corte de verbas da Educação e contra a Reforma da Previdência. Seguiu assim em Belo Horizonte, com várias categorias profissionais. Em Pernambuco, com os Petroleiros de Ipojuca que paralisaram para fortalecer a atividade.

No Paraná, o dia foi marcado por um ato simbólico de “desagravo” à ofensa realizada pelos defensores

de Bolsonaro e de sua Reforma da Previdência assassina, machista e racista que, no ato de apoio ao governo dia 26, retiraram a faixa “EM DEFESA DA EDUCAÇÃO”, estendida na frente da UFPR, sob gritos em apoio aos cortes de investimentos à Educação pública. Além

disso, uma nova e maior faixa foi colocada no lugar da outra que havia sido ultrajada.

Como diz o ditado: se ri melhor quem ri por último, nós trabalhadores e estudantes sabemos a importância da Educação pública desde o ensino infantil até a universidade Pública e da produção de ciência para benefício geral. A luta ainda não está ganha, mas a nossa união demonstra como podemos vencer batalhas.

NÃO PODEMOS ACEITAR O FIM DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA APOSENTADORIA

O governo tem que recuar nos cortes de verbas e na Reforma da Previdência, sabemos que não fará isso para a classe trabalhadora, pelo contrário irá fazer alterações para continuar aplicando políticas de defesa e fortalecimento do empresariado e do setor financeiro. Para isso vai buscar aprovar a qualquer custo essa Reforma, seguirá com os cortes de verbas e manterá uma necropolítica (poder e capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer) para a classe trabalhadora a fim de continuar entregando o país para grandes empresas.

Essa unidade da classe trabalhadora e estudantes (filhos da classe trabalhadora) é importante e necessária nessa luta contra o capital e seus governos tanto para mantermos a nossa sobrevivência e os serviços públicos quanto para endossar uma alternativa para nossa classe, que possibilite sairmos da barbárie que já estamos vivendo e possa abrir caminhos para a sociedade socialista que considera as necessidades humanas e não do capital.

GREVE GERAL DE 14 DE JUNHO: UM PASSO IMPORTANTE, MAS LONGE DO NECESSÁRIO

A Greve Geral de 14 de junho foi de fato uma importante mobilização da classe trabalhadora brasileira. Ocorreram mobilizações em setores importantes da classe trabalhadora como metalúrgico, petroleiro, transporte em dezenas de cidades do país, Educação, químico, dentre outros tantos.

O movimento popular se fez presente com bloqueios nas principais rodovias e avenidas pelo Brasil afora. Também houve forte participação do movimento estudantil nas atividades da Greve Geral em universidades e escolas como continuidade das

manifestações dos dias 15 e 30 de maio que somaram milhões de pessoas pelas ruas.

O setor de transporte cumpriu um papel muito importante em várias cidades. Em várias capitais como Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre a adesão à Greve Geral foi massiva. Em São Paulo o setor metroviário se destacou – mesmo com o recuo das direções sindicais do setor ferroviário e condutores de São Paulo e ABC, a pressão do governo Dória e da mídia – e resistiu bravamente.

O movimento operário também mostrou força com paralisação da produção em várias fábricas da região do ABC, do Vale do Paraíba (setores químico, alimentação, metalúrgico), metalúrgico de Curitiba, São Paulo capital, Baixada Santista, Campinas, dentre outras. Petroleiros paralisaram em várias refinarias

do país desde os terceiros turnos.

Nacionalmente a Greve geral foi muito forte, mas nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro foram bem menores que abril de 2017.

A traição das direções sindicais, principalmente nos sindicatos de motoristas e ferroviários, foi um fato que contribui muito para isso. Com o transporte funcionando a pressão das chefias e dos patrões sobre quem quer aderir torna-se maior, ainda mais em empresas pequenas e em categorias com pouca organização sindical. Fato que torna ainda mais grave a não organização da Greve Geral ou o anúncio de seu abandono nos últimos minutos do dia 13 de junho.

AINDA O PROBLEMA DA DIREÇÃO SINDICAL

A força da Greve Geral poderia ter sido maior com maior participação de trabalhadores caso não fosse o papel cumprido por direções sindicais.



RELATÓRIO RETIRA ALGUNS PONTOS E O QUE SOBRA É AINDA MUITO RUIM

No dia 13 de junho, o relator da Reforma da Previdência na Comissão Especial apresentou o relatório retirando da proposta original alguns pontos e muda outros.

Foram retiradas a capitalização, a desconstitucionalização (para futuras mudanças basta uma lei “normal”) e o BPC (pago para deficientes de qualquer idade e idosos carentes a partir dos 65 anos). Todos esses pontos já era certo que seriam retirados dado a impopularidade.

O QUE MANTÉM DO TEXTO ORIGINAL?

- A idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres;
- O pagamento do benefício de aposentadoria será de 60% da média de todos os salários recebidos;
- Idade mínima de 60 anos para professores;
- Tempo mínimo de contribuição para homens de 20 anos (inclusive para

trabalhadores rurais). Para ter benefício integral é necessário contribuir 40 anos.

O QUE MUDA, MAS AINDA É PIOR DO QUE O ATUAL?

- Idade mínima para professoras passa a ser de 57 anos;
- Pensão por morte: 60% do valor para o primeiro dependente e mais 10% para cada dependente limitado a 5 dependentes;
- Abono do PIS será pago para quem ganha até R\$ 1364 (hoje é até 2 salários-mínimos);
- 15 anos de tempo mínimo de contribuição para mulheres (inclusive para trabalhadoras rurais). Para ter benefício integral deve contribuir 40 anos.
- Não vamos detalhar aqui mas, a regra de transição (para se aposentar antes da idade mínima) proposta no Relatório valerá a pena só para quem faltar muito pouco tempo para se aposentar.

Como podemos ver, são “mudanças que não mudam nada”. Não foi por acaso que colocaram um relator do PSDB, partido bem experiente em atacar nossos direitos.

Repudiamos e denunciemos esse Relatório, que não significa nenhuma concessão. Na realidade trata-se de uma manobra para tentar iludir as pessoas.

A QUESTÃO DO CONTROLE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Independente de qual partido está no governo, a Previdência Social estará sob risco. Cada governo tem uma desculpa para retirar uma parte desse direito.

Por isso é urgente a discussão sobre quem controla a Previdência Social. Não dá para deixar nas mãos de políticos financiados por banqueiros e empresários, pois ela vai servir de

Além disso, várias categorias (terceirizados, telemarketing, etc.) que tinham disposição de parar os sindicatos nada fizeram.

Em alguns lugares, como São Bernardo, os trabalhadores do setor metalúrgico foram orientados pela direção sindical a ficarem em casa, o que contribuiu para enfraquecer as ações de rua. Essa orientação é uma postura desmobilizadora, principalmente em categorias com histórico de participação ativa nas greves, passeatas e paralisação de outras fábricas.

Evidente que é ato pensado por essas direções que buscam manter a greve sob controle e impedir o surgimento de novos ativistas que possam questionar essa política e radicalizar a luta.

A superação dessas direções sindicais é um dos principais desafios que a classe trabalhadora brasileira tem pela frente. São direções comprometidas com a gestão do capital e estão mais preocupadas com a estabilidade burguesa do que com a luta efetiva em defesa dos direitos sociais e trabalhistas.



moeda de troca.

O sistema previdenciário no Brasil é uma das maiores conquistas da classe trabalhadora brasileira. Com um Orçamento de aproximadamente R\$ 650 bilhões por ano há vários setores empresariais de olho. Caso a Reforma da Previdência seja aprovada a maior parte desse dinheiro irá para bancos, empresas de previdência privada, aumentará o lucro das empresas, etc.

Por isso, além da luta para não aprovar essa Reforma precisamos debater e lutar também para que a classe trabalhadora controle a Previdência. Essa será a única forma de evitar fraudes, cobrar as empresas devedoras e garantir o pagamento das aposentadorias e benefícios previdenciários para quem precisa.

NÃO HÁ NADA PARA NEGOCIAR NESTA REFORMA

Após a apresentação do Relatório, na Comissão Especial, que discutia a Reforma da Previdência algumas lideranças políticas e sindicais logo se apressaram em dizer que as mudanças ocorridas representavam uma vitória.

As burocracias sindicais (CUT, Força Sindical, etc.) e os partidos burgueses de oposição (PT, PDT e outros) são, formalmente, contra a Reforma Previdenciária, mas quem acompanha de perto seus posicionamentos sabe que não são totalmente contra a Reforma Previdenciária.

As frases “não queremos ESSA reforma” e “têm problemas na previdência”, dentre outras, servem como senha para os patrões e para os partidos da base governista e indicam que estão abertos à negociação desse projeto.

A postura de governadores do PT, PCdoB e PSB, que erroneamente se dizem de esquerda – é bem elucidativa. Com a proposta de retirada dos estados e municípios da Reforma da Previdência para cada um fazer a sua própria Reforma, ao invés de apoiarem e dizer não ser necessário fazer nenhuma Reforma, ao contrário, dizem “Todos reconhecem a necessidade das reformas da

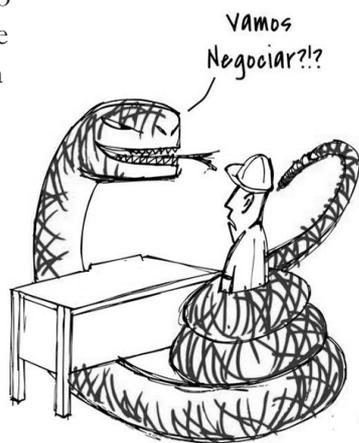
previdência, tributária, política, e também da revisão do pacto federativo” (trecho da Carta assinada pelos 9 governadores do Nordeste).

A divergência entre eles se refere ao BPC (Benefício pago aos deficientes e idosos carentes), aos critérios de aposentadoria para trabalhadores agrícolas, à capitalização e à desconstitucionalização, pontos que muitos parlamentares, mesmo de direita, são contra.

Ainda que com as “esperadas” mudanças da Comissão Especial a Reforma da Previdência mantém pesados ataques aos direitos da classe trabalhadora, sobretudo da parcela mais pobre.

Denunciamos e não defendemos nenhuma tentativa das burocracias sindicais e partidárias de negociar partes dessa Reforma.

Como diz o ditado popular, temos que “ficar com um olho no peixe e outro no gato”, ou seja, lutando contra o governo e contra a Reforma Previdência, ao mesmo tempo buscamos pressionar direções de entidades e de movimentos de trabalhadores para não negociarem nada em nome da classe trabalhadora. Nós devemos decidir sobre nossas vida e nosso futuro!



OCUPAR BRASÍLIA OU NOVA GREVE GERAL?

Em relação aos próximos passos após o 14 Junho há setores defendendo um “Ocupa Brasília” com caravanas saindo dos estados em direção à capital do país.

Entendemos que essa proposta tem vários problemas, a começar por desviar as lutas dos locais de trabalho para uma luta na superestrutura política.

O centro da pressão de nossa luta deve ser direcionado aos patrões com paralisação de bancos, produção e circulação de mercadorias. Outros problemas são:

- Há deslocamento de energias das diversas organizações de trabalhadores e de seus militantes para a luta de “um dia só”. Quem conhece como funciona o Parlamento sabe que os deputados até deixam de votar no dia do Ocupa, mas, basta sairmos de Brasília e encaminham a

votação;
• Também se abdica de organizar o conjunto da classe que não tem como ir para Brasília e pode fazer greves ou passeatas nos estados e regiões operárias;

- Expõe militantes do país inteiro a uma repressão concentrada, que com certeza acontecerá.

Dessa forma, compreendemos que a tarefa para esse momento, pós Greve Geral e com a rapidez do governo e deputados em aprovar a Reforma da Previdência, é nos organizarmos nos locais de trabalho, estudo e de moradia para construirmos uma próxima Greve Geral.

Uma nova Greve Geral que seja ainda maior, que unifique trabalhadores, estudantes e desempregados e derrube de uma vez essa Reforma que só quem não precisa trabalhar para sobreviver insiste em aprovar!

É POSSÍVEL DERROTAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!
POR UMA NOVA GREVE GERAL EM JULHO



As atividades realizadas nos locais de trabalho, terminais de ônibus e bairros mostraram que a maioria da classe trabalhadora está contra a Reforma Previdenciária e, inclusive, tem aumentado a descrença e a desconfiança em relação ao governo Bolsonaro.

Essa constatação é muito significativa principalmente porque existe apesar de a propaganda a favor da Reforma (rádio, TV e jornais) estar muito forte com notícias que distorcem fatos, dão voz somente aos defensores da Reforma e reforçam mentiras repetidas todos os dias.

Outro elemento importante é que há um movimento “de massas” nas ruas que começou no 8 de março, passou por gigantescas mobilizações de milhões do setor da Educação no mês de maio e, agora, a Greve Geral que, além de parar categorias importantes, levou para as ruas outras centenas de milhares de pessoas.

Esses fatos da realidade colocam a possibilidade de a Reforma ser derrotada, só que para isso precisamos seguir mobilizados com ações nos locais de trabalho, nas escolas, universidades e bairros para continuar esclarecendo a população

sobre as manobras do governo e deputados que querem aprovar a Reforma de qualquer forma e o mais rápido possível.

POR UMA NOVA GREVE GERAL NO MÊS DE JULHO!

No 14 de junho, mesmo com a pressão da mídia, do Judiciário, da patronal e do aparato repressivo do Estado, conseguimos demonstrar parte da força da classe trabalhadora com a paralisação de importantes categorias, bloqueios de rua, passeatas, etc. agora é necessário e urgente definirmos o próximo passo.

É necessário e urgente a convocação de uma nova Greve Geral já no mês de julho, quando poderão ocorrer as votações na Comissão Especial e no Plenário da Câmara dos Deputados.

Temos como parte da nossa história que a única linguagem entendida pelos patrões e seu governo é a do povo na rua, paralisando a produção, o comércio, as escolas e o transporte. As ruas têm demonstrado que é possível!

Não podemos aceitar a votação dessa Reforma de acordo com os interesses de quem pretende aprová-la e não com os de quem trabalha. E não aceitamos que setores petistas, de demais partidos que dizem falar em nome da classe trabalhadora e das burocracias sindicais negociem com o governo partes da Reforma. Exigimos o arquivamento total da Reforma Previdência! Não aceitamos morrer trabalhando!

50 ANOS DE STONEWALL A LUTA LGBT+ CONTINUA ENFRENTANDO O PATRIARCADO E O CAPITALISMO PELO FIM DAS OPRESSÕES

CARLOS E VILSON

Na Rua Christopher, 53, no bairro de Greenwich Village em Nova York, vê-se hoje um patrimônio histórico dos EUA. Isso porque nesse local, no dia 28 de junho de 1969, ocorreu um levante que se irradiou pelo mundo desde então, conhecido como a Batalha de Stonewall, em que LGBT+'s se posicionaram contra a violência policial, que era frequente naqueles bares.

Lésbicas, gays, travestis e drag queens reagiram às suas prisões arbitrárias cometidas por policiais no bar Stonewall Inn e às provocações das demais das pessoas. Assim, o camburão da polícia foi atacado e começou o enfrentamento direto aos policiais com o lançamento de tudo o que havia por perto e, mesmo com a chegada do reforço e a prisão de 13 pessoas, as LGBT+'s marcharam de braços dados atrás dos carros da polícia!

E não acabou por aí, nos dias seguintes elas voltaram e mantiveram barricadas erguidas contra as forças policiais, resistiram aos ataques e firmaram que não suportariam mais a violência LGBTófóbica que sofriam cotidianamente.

No ano seguinte, na mesma data, realizaram a Marcha do Orgulho Gay, que anos depois se tornaria a Parada LGBT, tão tradicional em vários países.

Além disso, muitos grupos auto-organizados de LGBT+'s e publicações com essa temática

surgiram pelo país, inspirados em Stonewall, o que potencializou a luta LGBT+ nos EUA e também no restante do mundo.

A LUTA SEGUE ATÉ OS DIAS DE HOJE

A luta LGBT+, desde então, tomou outra proporção e ao longo dos anos teve um crescimento exponencial, assim com algumas vitórias formais como a descriminalização da homossexualidade em vários países (o mais recente caso foi em Botsuana, agora em junho de 2019), a legalização do casamento homossexual em outros países e a retirada da homossexualidade (1990) e da transexualidade (2018) da lista de doenças da Organização Mundial de Saúde.

Mas, ainda, vemos que a violência e o preconceito não diminuem na mesma proporção do crescimento das lutas; segundo o Grupo Gay da Bahia, em 2018 o Brasil se manteve na liderança de assassinatos contra a população LGBT+, com um total de 420 mortes, ou seja, a cada 20 horas uma LGBT+ é morta ou comete suicídio no país, sendo a maioria gays (45,5%) e pessoas trans (39%). Outro dado assustador é que a maioria dos agressores são pessoas desconhecidas ou ignoradas pela vítima, isto é, o preconceito e o ódio são exercidos espontaneamente contra LGBT+, principalmente em locais públicos, sem constrangimento pela prática da violência.

Por isso, reivindicamos Stonewall e toda a luta da população LGBT+, para que possamos conquistar não apenas direitos formais, mas a igualdade estrutural, que só atingiremos com o fim de toda opressão e exploração, ou seja, com o fim do patriarcado e do capital!



CARLOS E VILSON

SUPREMO EQUIPARA HOMOTRANSFOBIA AO RACISMO

Em um julgamento histórico, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa a duas ações (ADO 26 e MI 4733) que buscavam a equiparação da homofobia e da transfobia ao racismo. Agora, o preconceito contra gays, lésbicas e transgêneros será punido criminalmente no Brasil, o país que mais mata a população LGBT no mundo. Por 8 votos a 3, no último dia 13 de junho, os Ministros do STF decidiram enquadrar as condutas homotransfóbicas na Lei n. 7716/89 que trata do racismo e que já havia estendido seu alcance a práticas antissemitas.

O STF reconheceu, ainda, por 10 votos, com o único voto contrário do Ministro Marco Aurélio, que a omissão do Poder Legislativo em aprovar uma lei sobre o assunto é inconstitucional – o projeto de lei mais antigo foi apresentado em 2001. A demora do Congresso ocorre por manobra da bancada fundamentalista que se opõe a qualquer iniciativa que vise garantir direitos à população LGBT. Antes de concluir o julgamento no Supremo, o Congresso Nacional chegou a reiniciar a tramitação de projetos de lei sobre a homotransfobia, numa clara tentativa de barrar o término do julgamento quando a maioria de votos já estava consolidada no STF.

A ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros), uma das autoras das ações, pedia ainda que o Supremo fixasse prazo para que o Poder Legislativo editasse uma lei, mas o que prevaleceu é que esta decisão inédita do STF terá efeitos até que o Congresso legisle, o que não tem data para acontecer.

Sendo uma decisão transitória, é necessário ficarmos atentos para que deputados e senadores não aprove nada a menos do que foi decidido pelo Supremo.

CRIMINALIZAÇÃO NÃO ACABA COM O PRECONCEITO

Até completar o julgamento no Supremo, a criminalização da homofobia e da transfobia encontrou uma resistência feroz de setores fundamentalistas. O objetivo das ações não é “punir padre ou pastor por falar contra a homossexualidade”, segundo Paulo Iotti, advogado da ABGLT. “Se um padre me disser respeitosamente que, na sua visão, ser homossexual é pecado, posso não gostar, mas não é crime e jamais seria, mas, se vou a uma igreja e ouço alguém dizer ‘afaste-se de mim seu sodomita sujo, saia daqui’, isso é um abuso do direito de liberdade religiosa e um discurso de ódio”, afirma.

Assim como a Lei Maria da Penha não acabou com a violência contra a mulher, a recente decisão do Supremo não vai acabar com o preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais e travestis, mas é um passo importante para dar mais visibilidade àquelas que são discriminadas e que correm risco de vida simplesmente pela sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Isso revela que a luta das LGBTs deve prosseguir com mais força e cada vez mais entrelaçada à luta de toda a classe trabalhadora, para que de fato, se cumpra e garanta os direitos das LGBTs trabalhadoras de sobreviverem e permanecerem de pé na luta por seus direitos.



LÁ E AQUI. CRISE ECONÔMICA E GREVE GERAL NA ARGENTINA

LEO (RJ)

No dia 29 de maio, foi realizada a quinta e maior Greve Geral contra o governo Macri. A Greve foi para protestar contra a política econômica e inicialmente foi puxada pela CGT (Confederação Geral do Trabalho).

Com a grave crise econômica e social (desemprego, pobreza, etc.) e um movimento sindical em ascensão, o governo de Macri, claramente apoiado pelos Estados Unidos, segue fragilizado.

Neste contexto, a visita do presidente brasileiro de extrema-direita, Jair Bolsonaro, à Argentina para lhe dar apoio de nada adiantou, pois Bolsonaro foi hostilizado por manifestações dos argentinos contrários a sua presença.

Uma das principais reivindicações da Greve Geral foi cobrar medidas para amenizar o impacto da inflação (47% em 2018 e quase 15% no decorrer deste ano), além de mudanças na economia para conter os aumentos.

O governo tentou evitar a Greve, liberando mais de dois bilhões de pesos, para reforçar a assistência social aos sindicatos. Mas, isso não adiantou para segurar o ímpeto dos trabalhadores argentinos. Depois de quatro horas de reunião, a decisão dos sindicalistas foi unânime pela Greve.

PAROU TUDO

O país parou, praticamente, por completo, com greve em todo o sistema de transporte (ônibus, trens, aviões e barcos). Em Buenos Aires, o metrô também parou. Também fecharam bancos, escolas e o comércio, só os hospitais atenderam as emergências. Em suma, boa parte das cidades ficou deserta.

Esta Greve Geral reuniu todos os sindicalistas e movimentos sociais contra o Governo Macri e suas políticas. Com uma popularidade baixa, inclusive gerando desconfiança entre os seus pares, que já não sabem se Macri é o melhor nome da frente “Cambemos” para as próximas eleições em Outubro. O processo de mobilização é mais um elemento para

a crise política que passa o governo.

Uma grande particularidade dessa Greve, segundo Hugo Yaski (Secretário Geral da CTA, outra central sindical, ruptura com a CGT e que reúne os sindicatos Peronistas) foi que, pela primeira vez, na história do país, uma Greve Geral foi chamada e apoiada por todas as centrais de trabalhadores e movimentos sociais, o que por si só, já comprova a força da Greve.

Outro sinal de que o movimento foi bem forte foi a falta de combustível, não houve coleta de lixo, não havia dinheiro nos caixas eletrônicos e não houve distribuição de alimentos, pois os caminhoneiros argentinos também pararam. E, também, foram cancelados mais de 400 voos que saíam do País, ou que iriam para lá. As empresas aéreas brasileiras Gol, Latam e Azul também suspenderam suas viagens.

O FMI E O ARROCHO SALARIAL

É importante lembrar que, em setembro do ano passado, havia sido realizada a última Greve Geral no país. E, naquela ocasião, os trabalhadores alertaram de forma clara o governo, que então negociava um empréstimo com o FMI, que este organismo internacional, em contrapartida iria cobrar “ajustes” na economia Argentina, que iriam afetar em especial os mais pobres. Foi o que aconteceu.

Para o empréstimo de 50 bilhões de dólares, o FMI exigiu do governo medidas como uma nova Reforma da Previdência, Banco Central “independente” do poder político subordinado diretamente ao FMI; redução de impostos para os empresários e também “uma legislação trabalhista moderna”, ou seja, nova reforma trabalhista para retirar os poucos direitos trabalhistas existentes (flexibilização laboral, limites para a ação dos delegados sindicais e membros das Comissões Internas, etc.).

Como era de se esperar, o governo fechou o acordo e se propôs a impor as medidas econômicas e seguir a cartilha do FMI. Para evitar se desgastar ainda mais, algumas dessas medidas deverão

ficar para depois das eleições de outubro. Qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência!

O péssimo resultado desse acordo já vem aparecendo. O desemprego passou de 9% em Março e com a maioria dos empregos precarizados. A inflação já acumulado quase 55% nos últimos doze meses. Nesta situação, e com o fim dos subsídios, boa parte da população já tem dificuldades de pagar as contas mais básicas, como água, luz e gás e até mesmo de poder fazer uso do transporte público.

CRISE ECONÔMICA AMARRA AS MÃOS DE MACRI

O governo Macri ainda tentou lançar um pacote de medidas para diminuir o descontentamento do povo e preservar seu nome para as eleições. Faz parte dessas medidas o retorno de planos de assistência e o congelamento de preços de uma gama de alimentos da cesta básica, mas há falta dos alimentados com preços congelados.

Macri também tentou negociar com os sindicalistas um plano de descontos para pagar compras em supermercados para os assegurados do ANSES (a previdência argentina) e algumas outras compensações para trabalhadores sindicalizados. Esta manobra, entretanto, não deu resultados e foi uma clara tentativa de enfraquecer a paralisação. Mas, os trabalhadores mantiveram a Greve e não caíram no jogo do Governo.

A dívida pública, como no Brasil, torna o país refém das políticas ditadas pelos especuladores internacionais. De mãos amarradas com o compromisso com o FMI, tem que escolher entre os



programas sociais e pagar a dívida. Como todo governo liberal, fica com os banqueiros e especuladores.

Podemos assim traçar um paralelo com o Brasil já que aqui Bolsonaro segue à risca as ordens do Sistema Financeiro Internacional, aplicando cortes em assistência e redução das políticas de desenvolvimento social (vide os cortes na Educação Pública), o que ocasiona o aumento das desigualdades sociais e do desemprego. Portanto, lá como aqui (onde realizamos uma forte greve geral, ainda que inferior à dos “hermanos”), o processo de lutas não pode ser canalizado para a luta eleitoral, como quer o kirchnerismo e o lulopetismo e sim deve apontar para uma nova Greve Geral.

A CRISE SOCIAL NA ARGENTINA

O liberalismo – o mesmo de Bolsonaro e Guedes- afunda a Argentina no caos social.

- 32% dos argentinos são pobres. Em apenas um ano, 2,7 milhões de pessoas caíram para baixo da linha de pobreza;
- 51,7% de pobreza infantil (2018) ou 6,1 milhões de crianças e adolescentes;
- 13% das crianças e adolescentes enfrentaram insegurança alimentar severa, ou seja, passaram fome;
- 800 mil pessoas estão na indigência;
- O valor da aposentadoria mínima de cerca de 70% aposentados do país é de 10.400 pesos (R\$ 940);
- A taxa de desemprego é de 9,1%, o maior desde 2005 e crescendo ano após ano.
- 27,2% tem emprego precário e outros 18,6% estão subempregados (temporários, programas sociais com contrapartida, etc)

A MERCANTILIZAÇÃO DO FUTEBOL E DO CINEMA

RODRIGO (RJ)

GOL CONTRA: DO LAZER PARA O LUCRO

Em sua origem, no Brasil, tanto o futebol e quanto o cinema se caracterizavam, essencialmente, pelo caráter lúdico e pela centralidade de valores como a construção de laços afetivos e de identidade entre os indivíduos. As características centrais eram o lazer, a diversão, o ócio e a criação de laços de pertencimento entre os indivíduos.

Essas eram as motivações centrais para a aglutinação de pessoas nos grupos e sinalizavam para a adesão a um conjunto específico de valores que se expressavam no conjunto de relações e atitudes dos seus membros.

Originalmente, o futebol, um esporte elitista, é, no século XXI, motivo de mobilização e de expressão de um grande número de pessoas das diversas classes sociais. No entanto, ao longo do tempo, várias transformações no ambiente das organizações esportivas exerceram forte influência na sua forma de gestão. Principalmente, nas últimas três décadas, o futebol atraiu novos tipos de organizações (instituições financeiras, empresas de marketing esportivo etc.) e passou a movimentar grandes cifras, como não ocorria há algumas décadas atrás.

Dos US\$250 bilhões anuais que, estima-se, o futebol movimenta no mundo, o Brasil contribui com US\$32 bilhões. Esse esporte perdeu seu caráter lúdico e cedeu lugar a uma lógica mercantilista, tornando-se um futebol-negócio.

Como fenômeno social, o futebol esteve fundamentalmente subordinado à lógica assentada em valores e tradições. Entretanto, a atratividade do esporte como gerador de riqueza passou a ser alvo de investimentos e uma fonte de negócios. A partir do momento em que a lógica de mercado se faz presente nas organizações esportivas, ocorre a inserção e a adoção de elementos do universo empresarial na

administração dessas organizações.

Conceitos e práticas empresariais passam então a vigorar, modifica o discurso de seus dirigentes, bem como as bases de sua legitimação no seu contexto específico. Assim, a ascensão de uma nova lógica de referência traz consigo novos atores, novos procedimentos e categorias antes exclusivas do ambiente das organizações empresariais, como mercadoria, clientela, eficiência, resultado e competitividade.

Submetidos à lógica de mercado, os jogadores transformam-se em mercadoria; os torcedores, em consumidores; o jogo, em um ativo financeiro e o futebol é visto como um grande negócio. As relações centram-se na impessoalidade, são criadas e desenvolvidas estratégias de controle que asseguram o alcance dos objetivos e ações mercantis modernizantes; a gestão legítima é a que se dá sob os moldes empresariais e não mais de forma amadora.

A transformação do conjunto das atividades envolvidas com o futebol em mercadoria pode ser verificada pelas cifras bilionárias que envolvem os contratos dos jogadores, pelos valores monstruosos das transações de compra e venda dos mesmos, pelas receitas mastodônticas de propaganda, pelos caríssimos preços dos ingressos para entrar nas “arenas” e tudo o mais.

COM A MERCANTILIZAÇÃO, A ARTE SE TRANSFORMA EM SEU OPOSTO

Hoje, a cultura virou produto do capital. Uma massa de trabalhadores alterna sua dura vida em trabalho e lazer. Mas o lazer não é determinado pelo trabalhador, é antes definido pelos detentores da indústria cultural, sendo que o meio de veiculação da cultura hoje está ligado à mídia. Assim, acaba por se tornar uma máquina que vem a violentar a subjetividade do ser humano sem acrescentar algo de bom para a vida do espectador.

A cultura se torna mero produto pensado e produzido, pronto para ser consumido pelo espectador. Adquire, a mídia, poder por si mesmo. Já não é o membro da sociedade que vai definir os meios de entretenimento e cultura para si. A indústria cultural já definiu e são as pessoas que se adequam aos meios oferecidos. A cultura se torna mercadoria e uma mercadoria autônoma, valorada em si mesma e que se impõe sobre os gostos de cada pessoa.

E o problema é: a mídia não se preocupa em produzir programas culturais de qualidade. Está preocupada é em manter fixa a atenção do espectador e que se torna um consumidor de seus produtos. Com a ausência de uma produção de qualidade, vêm as consequências de uma produção que pode iludir o espectador.

O espectador já não sabe se o que se vê nas telas de cinema e na televisão é um reflexo de sua vida interior ou uma mera projeção do que poderia ser a vida. Ou seja, o espectador se perde naquilo que assiste.

A indústria cultural não abrange uma ideologia, porque é a própria ideologia. Ideologia de que se deve aceitar tudo passivamente e que é o espectador que deve aderir à proposta da indústria cultural.

CINEMA NO BRASIL: NOS SHOPPING CENTERS E PARA POUCOS

No cinema, por exemplo, apesar de termos tido uma grande “safra” na última década, a produção nacional continua vitimada pela lógica do mercado. Acuado pelo monopólio dos estúdios norte-americanos (que, além das suas milionárias produções, controlam completamente a distribuição de filmes nas salas de cinema), o público pagante para filmes nacionais “encolheu” nos últimos anos.

As razões dessa queda, longe de



indicarem uma rejeição do público brasileiro ao nosso cinema, refletem uma realidade muito mais complexa.

Em primeiro lugar, é necessário lembrar da ridícula situação do cinema no Brasil. Em todo o país, existem pouco mais de 1.700 salas, concentradas em somente 8% das cidades brasileiras. Além de excluir mais de 90% da população do simples acesso aos filmes, essa realidade mascara um outro aspecto da lógica neoliberal na cultura: a maioria dos cinemas, hoje, se encontra nos bairros centrais e no interior dos “shopping centers”, o que, somado ao preço exorbitante dos ingressos, dificulta ainda mais o acesso de moradores da periferia às salas.

No cinema, as leis de incentivo são excludentes e antidemocráticas porque menosprezam as produções locais e populares e criam uma espécie de “censura branca” nas produções culturais. Fica à mercê dos diretores de marketing das empresas, os produtores culturais dificilmente têm condições de ver aprovado qualquer projeto que questione os padrões dominantes.

Afinal, que empresa brasileira se disporia a financiar um filme que trouxesse como tema a exploração capitalista ou qualquer outro tema que contrariasse a ideologia dominante?

A cultura, que deveria ser manifestação genuína de um povo, se torna cada vez mais produto de comércio e definida por pessoas das quais sequer tomamos conhecimento. Não há um critério para se definir o que será transmitido pela mídia, sendo que esta se tornou o principal meio de entretenimento e propagação da cultura entre os povos. O que tem levado as pessoas a um empobrecimento cultural, fruto da mercantilização da cultura.